

Nº 36 Setembro - Dezembro 2005/III

ISSN 0258-7491

FORMAÇÃO

Revista Europeia

PROFISSIONAL





**Cedefop
Centro Europeu
para o Desenvolvimento
da Formação Profissional**

**Europe 123
GR-570 01 SALÓNICA
(Pylea)**

**Endereço Postal:
B.P. 22427**

**GR-551 02 SALÓNICA
Tel. (30) 23 10 49 01 11
Fax (30) 23 10 49 01 17**

**E-mail:
info@cedefop.eu.int**

**Internet:
www.cedefop.eu.int**

**Sítio interactivo:
www.trainingvillage.gr**

O Cedefop colabora com a Comissão Europeia a fim de incentivar, a nível comunitário, a promoção e o desenvolvimento do ensino e formação profissional, através da troca de informações e da comparação de experiências relativamente a questões que sejam do interesse comum para os Estados-Membros.

O Cedefop constitui um elo de ligação entre a investigação, a política e a prática, ajudando os decisores políticos e os profissionais em questões de formação, a todos os níveis da União Europeia, a atingir um nível de compreensão mais claro sobre os desenvolvimentos ocorridos em matéria do ensino e formação profissional, permitindo-lhes assim tirar conclusões com vista a uma acção futura. Além disso, incentiva os especialistas e os investigadores a procurar saber quais as tendências e questões que se apresentarão no futuro.

A criação da Revista Europeia Formação Profissional está prevista no artigo 3.º do Regulamento, de 10 de Fevereiro de 1975, que institui o Cedefop.

A revista é, contudo, independente, sendo constituída por um comité de redacção que avalia todos os artigos de acordo com um procedimento de dupla ocultação, em que todos os membros do Comité Editorial, e em particular os seus redactores, não conhecem a identidade dos autores cujos trabalhos irão avaliar e os autores desconhecem a identidade de quem irá avaliar os seus trabalhos. O comité, presidido por um investigador universitário reconhecido, é constituído por investigadores, bem como por dois especialistas do Cedefop, um especialista da Fundação Europeia para a Formação (FEF) e um representante do Conselho de Administração do Cedefop.

A Revista Europeia Formação Profissional conta com um secretariado de redacção composto por investigadores experientes.

A Revista faz parte da lista de publicações científicas reconhecida pelo ICO (*Interuniversitair Centrum voor Onderwijskundig Onderzoek*), nos Países Baixos e da IBSS (*International Bibliography of the Social Sciences*).

Comité de redacção:

Presidente:

Martin Mulder

Universidade de Wageningen, Países Baixos

Membros:

Steve Bainbridge

Cedefop, Grécia

Ireneusz Bialecki

Universidade de Varsóvia, Polónia

Juan José Castillo

Universidade Complutense de Madrid, Espanha

Eamonn Darcy

Training and Employment Authority - FÁS, Irlanda,

Jean-Raymond Masson

Representante do Conselho de Administração do Cedefop

Teresa Oliveira

Fundação Europeia para a Formação, Torino, Itália

Kestutis Pukelis

Universidade de Lisboa, Portugal

Hilary Steedman

Universidade Vytautas Magnus, Lituânia

Gerald Straka

London School of Economics and Political Science,

Ivan Svetlik

Centre for Economic Performance, Reino Unido

Manfred Tessaring

Grupo de investigação LOS, Universidade de Bremen,

Éric Verdier

Alemanha

Universidade de Ljubljana, Eslovénia

Cedefop, Grécia

Centre National de la Recherche Scientifique,

Aix en Provence, LEST/CNRS, França

Secretariado de redacção:

Erika Ekström

Ministério da Indústria, Emprego e Comunicação, Estocolmo,

Suécia

Ana Luísa Oliveira de Pires

Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento - FCT,

Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Tomas Sabaliauskas

Centro de Investigação sobre Educação e Formação

Profissional, Kaunas, Lituânia

Eveline Wuttke

Universidade Johannes Gutenberg, Mainz, Alemanha

Chefe de redacção:

Éric Fries Guggenheim

Cedefop, Grécia

Secretária da revista:

Catherine Wintrebert

Cedefop, Grécia

Publicado sob a responsabilidade de:

Aviana Bulgarelli, Directora

Christian Lettmayr, Director-adjunto

Responsável pela tradução:

Isabel Dreyer

Capa: M. Diamantidi Arts graphiques, Salónica

Produção técnica em edição electrónica (DTP):

M. Diamantidi Arts graphiques, Salónica

Os contributos foram recebidos durante ou antes do mês de Junho de 2005.

Reprodução autorizada, salvo para fins comerciais, desde que mencionada a fonte.

Nº de catálogo: TI-AA-05-036-PT-C

Impresso na Bélgica, 2006

A presente publicação é editada três vezes por ano em espanhol, alemão, inglês, francês e português.

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social através da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP) e do Instituto para a Qualidade na Formação (IQF) adquirem por assinatura 500 revistas ao Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias do Luxemburgo. As duas entidades acima referidas através da DGEEP continuarão a enviar as ofertas e as permutas aos utilizadores da Revista.

Quanto à venda os actuais assinantes da Revista e os que forem mostrando interessados, deverão dirigir-se à Livraria Sociedade & Trabalho onde está instalado um posto de

venda da INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda que vende todas as suas publicações, incluindo as editadas pela CEE e as edições do Ministério. A Livraria funciona no edifício sede do MTSS na Av. de Roma nº1, 1049 - 056 Lisboa, Tel. (351) 21 840 10 23.

Para outros contactos dirija-se: DGEEP/CID - Praça de Londres 2 - 2º, Lisboa 1049-056, Tel. (351) 21 843 10 30, Fax (351) 21 840 61 71, dgeep@mtss.gov.pt

IQF - Av. Almirante Reis nº 72, Lisboa 1150-020, Tel. (351) 21 817 000

As opiniões dos autores não reflectem, necessariamente, a posição do Cedefop. Na Revista Europeia Formação Profissional, os autores expõem os seus próprios pontos de vista que poderão ser em parte contraditórios. A revista contribui assim para alargar, a nível europeu, um debate frutífero para o futuro da formação profissional.

Caso esteja interessado em escrever um artigo ... consulte a página 94.



Índice

10 – 20 – 30 **1**

Investigação

A caminho de um modelo de produção neo-artesanal de serviços digitalizados ajustados às necessidades? **5**

Alain d'Iribarne

No presente artigo faz-se uma reflexão sobre o modelo de produção que está a despontar, relacionado com o desenvolvimento da Internet, para compreender melhor os mecanismos e desafios nacionais que se articulam em torno das actuais recomposições em matéria de trabalho e necessidades de formação.

Aprendizagem expansiva: Oportunidades e limites de uma teoria de aprendizagem centrada na perspectiva do sujeito **16**

Anke Grotlüschen

Uma teoria de aprendizagem popularizada na Alemanha defende que os alunos devem reconhecer o significado dos conteúdos para o mundo da vida em que estão inseridos, caso contrário não poderão beneficiar de uma aprendizagem expansiva. A epistemologia do sujeito, outrora polémica, conquista um novo reconhecimento numa segunda geração de projectos de investigação no quadro da formação contínua.

Desafios da reforma do EFP (Ensino e Formação Profissional) para a profissão docente: uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida **22**

Bernhard Buck

O EFP só conseguirá desempenhar um papel crucial na aprendizagem ao longo da vida dos indivíduos se os professores estiverem preparados para incorporar medidas de reforma complexas no seu trabalho diário e se as instituições de EFP conseguirem dar resposta às mudanças.

O diploma francês de *baccalauréat* profissional: um espaço de múltiplas transições para os jovens **36**

Bénédicte Gendron

*A nossa investigação leva-nos a concluir que o *baccalauréat* profissional francês constitui um instrumento espacial e temporal para vários tipos de transição: do fracasso ao sucesso, da falta de auto-estima à auto-confiança, da dependência à autonomia, da infância à idade adulta, da escola ao trabalho.*

Alargamento da participação no sistema de ensino e formação técnico-profissional: a experiência da Roménia **52**

Lucian Ciolan, Madlen Șerban

Para melhorar a qualidade do ensino e formação técnico-profissional (EFTP) em economias de transição como a da Roménia, é necessário intensificar a participação de vários agentes (parceiros sociais). Estes agentes deverão empreender uma acção concertada, apoiada por políticas adequadas, tanto ao nível da gestão, como ao nível dos processos de ensino e aprendizagem.

**Estatísticas comparativas a nível internacional sobre educação, formação e qualificações: últimas evoluções e perspectivas 65**

Pascaline Descy, Katja Nestler, Manfred Tessaring

O presente artigo e o seu anexo apresentam uma análise abrangente sobre as estatísticas comparativas a nível europeu e internacional na área da educação, formação e qualificações. Pretende-se chamar a atenção para o problema da falta de dados importantes e aumentar a transparência relativamente às fontes de informação disponíveis, bem como às suas potencialidades e limitações.

Estreitar laços entre o ensino profissionais e a investigação, a política e a prática no domínio da formação profissional: uma visão pessoal 76

George Psacharopoulos

A investigação demonstra que o retorno do investimento no ensino primário e secundário geral é superior ao retorno do investimento nos ensinos profissional e superior, mais dispendiosos. O investimento no ensino profissional deveria ser mais orientado para o indivíduo e dispor de mais meios facultados pelo sector privado.

Leituras**Seleção de leituras 82**

Secção concebida por Anne Wanniar do Serviço de Documentação do Cedefop, com apoio da Rede Europeia de Referência e Especialização (ReferNet)



A caminho de um modelo de produção neo-artesanal de serviços digitalizados ajustados às necessidades?

Introdução

Os investigadores especializados na área do trabalho e da formação profissional observam permanentemente as transformações laborais que se vão registando nos diferentes países, tentando descrever da melhor forma possível os movimentos observados e procurando explicá-los e dar-lhes um sentido. Os trabalhos de investigação nesta matéria são abundantes e especialmente ricos na sua diversidade, conforme se pode comprovar, por exemplo, pela leitura dos numerosos artigos publicados em França nas revistas *Sociologie du Travail e Formation Emploi*, ou à escala europeia na *Revista Europeia Formação Profissional*. Também conhecemos as interrogações e os debates que, ao longo dos tempos, se foram travando sobre as tecnologias como determinantes da transformação do trabalho e das qualificações. Com variações de país para país em função das situações empíricas observadas e dos pressupostos teóricos dominantes, tais interrogações e debates foram surgindo durante a década de setenta a propósito da organização do trabalho e da mecanização segundo o modelo de Taylor, tendo redobrado de intensidade nas décadas de oitenta e noventa em torno da evolução do trabalho e das qualificações nas empresas “pós-Taylor” que se informatizavam.

Resurgiriam a partir de finais da década de noventa e princípios do novo milénio, com a chegada das novas gerações das “Tecnologias da Informação e Comunicação” - as famosas TIC ou NTIC -, num contexto de

globalização e desenvolvimento das actividades de serviços (Iribarne, 2001). As questões colocadas eram recorrentes: Quais são as actuais transformações do trabalho e das actividades profissionais efectivamente observáveis? A que se devem essas transformações? Em que é que põem em causa as capacidades profissionais até aí exigidas? Em que é que essas evoluções são vantajosas ou, pelo contrário, constituem novos “custos do progresso”, e para quem e em que condições? Que políticas devem ser levadas a cabo para as remediar ou, melhor ainda, as evitar? Nesta matéria são tantas as questões como as dificuldades causadas a teorizadores e a técnicos, remetendo para interrogações sobre o modo como deve ser estruturada a organização produtiva nesta “sociedade da informação” em vias de criação, ou, melhor dizendo, nesta “sociedade do conhecimento” que, como se sabe, se tornou o credo da União Europeia depois da publicação, em 1993, do Livro Branco sobre o crescimento, a competitividade e o emprego, ratificado politicamente na Cimeira de Lisboa em 2000 (CEE, 1993).

Perante os movimentos que se manifestam tanto no âmbito de um só país como entre vários países, a nossa intenção não é propor uma nova “teoria do capitalismo” (Boyer, 2004). Trata-se, mais modestamente, de propor um quadro analítico e interpretativo que permita caracterizar melhor aquilo que constitui uma nova etapa no encontro dinâmico entre tecnologias e organizações produtivas no seio das nossas sociedades. Tal quadro apoia-se na ideia de que esta etapa se in-

Alain d'Iribarne

Director de Investigação do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique - Centro Nacional de Investigação Científica), LEST (Laboratoire d'Économie et de Sociologie du Travail - Laboratório de Economia e de Sociologia do Trabalho), Aix-en-Provence

As reflexões sobre as recomposições em curso, que, conjugadas com a difusão da Internet, abrangem tanto o conteúdo do trabalho como as capacidades profissionais exigidas pelos empregadores, ou, mais genericamente, as relações formação/emprego, permitem pensar que as nossas sociedades contemporâneas se vêem confrontadas com o aparecimento de um novo paradigma produtivo. Para decifrar estas recomposições e lhes conferir um sentido, propõe-se a leitura deste paradigma como correspondente ao aparecimento de um modelo produtivo que associaria o neo-artesinato à produção de serviços digitalizados ajustados às necessidades. Este novo modelo, em que o motor principal é mais económico do que tecnológico, inscreve-se nas dinâmicas de longo prazo de desconstrução/reconstrução do modelo Taylor/Ford e do Estado-Providência, surgidas no final da década de setenta.



tegra muito mais numa continuidade do que numa ruptura com as etapas precedentes, realizando-se o movimento através de jogos contínuos de desconstrução/reconstrução de normas, tanto do mercado como do emprego, do trabalho e das competências.

Na caracterização desta etapa, a nossa argumentação irá apoiar-se numa dupla perspectiva de cariz “regulacionista” e “societal”. Estas perspectivas destinam-se a relacionar o que é “universal” - os paradigmas e os modelos - com as “singularidades”, que são as sociedades onde aqueles, através da sua aplicação, assumem formas concretas. Como consequência dos ensinamentos resultantes de anteriores investigações - e especialmente as baseadas em comparações internacionais -, adoptámos como universais os modelos económicos, tecnológicos, organizacionais e de gestão que concorrem para a constituição dos paradigmas produtivos, e como singularidades as construções “societais” nacionais ⁽¹⁾. O conjunto assenta em bases sistémicas ⁽²⁾, embora tendo presente que, no actual estado de coisas, é acima de tudo “o factor económico” que move o conjunto do sistema, que “a vertente social se apropria da vertente técnica do mesmo modo que esta se apropria da vertente social” e que as técnicas são “utensílios formatados” pelos outros dois componentes do sistema, sobretudo o factor económico.

Partindo desta base, parece-nos que os movimentos em curso, que abrangem tanto o trabalho como o emprego, as capacidades profissionais exigidas e o ensino/formação, podem ser mais bem compreendidos se os situarmos no quadro interpretativo da “@-produção”. Este quadro coloca a tónica num paradigma produtivo, que se apoia num novo modelo de produção “neo-artesanal de serviços digitalizados ajustados às necessidades” que está a despon-tar. Relacionado com a chegada da Internet às organizações produtivas em meados dos anos noventa ⁽³⁾, deriva de forma directa de um modelo precedente a que está estreitamente associado, um modelo que pode ser qualificado como “pós-industrial com singularidade normalizada”, que começou a surgir no início da década de oitenta e do qual o referido novo modelo constitui um desenvolvimento. Assim, ao lado da *lean enterprise* surge a *learning enterprise*. Do mesmo modo se assiste à sobreposição da gestão do conhecimento (*knowledge management*) à gestão participativa, enquanto

a lógica de rede, sustentada pela alegoria de empresa da Net (*Net enterprise*), se propaga e se torna simultaneamente mais específica.

A organização produtiva e as normas do mercado

Tendo nós designado este novo modelo produtivo como “neo-artesanal de serviços digitalizados”, é necessário, pelo menos, explicitar as características relacionadas com os termos adoptados para o designar, sabendo que estas características estão, acima de tudo, ligadas a normas do mercado.

O qualificativo “serviços ajustados às necessidades” pretende enfatizar a iniciativa das actividades produtivas que apresentam a produção de “relações de serviços” como a base das suas actividades (De Bandt e Gadrey, 1994). Esta relação pode intervir complementando a produção de bens industriais ou englobando-os. Os bens ficariam, de certo modo, dissolvidos no seio da relação de serviços. Confrontadas com clientes que têm tendência para as abandonar, o problema principal das empresas é tentar obter uma vantagem competitiva estável que permita conquistá-los e fidelizá-los. Para tal, demonstram vontade de lhes oferecer serviços ajustados às necessidades, de modo a dar-lhes a sensação de usufruírem de uma multiplicidade de escolhas, pois o que as empresas tentam vender são sentimentos de liberdade. Assim se explica por que razão se afirma que estamos a passar de uma economia da diversidade para uma economia da singularidade. Simultaneamente, verifica-se que, uma vez que as pressões exercidas sobre os custos de revenda não apresentam sintomas de abrandamento, as pressões exercidas em favor de uma “neo-industrialização” maciça destes serviços também não mostram propensão para afrouxar.

O qualificativo “neo-artesanal” é proposto porque a relação inerente ao serviço singularizado, embora fortemente codificada e mediatizada por “artefactos” técnicos, requer, para funcionar convenientemente, que se dê ao cliente a impressão de que é escutado e de que se é capaz de responder directamente ao seu problema na globalidade, mesmo que para isso se tenha necessidade de ajuda. Deparamos, assim, com as bases do artesanato tradicional: as empresas tentam vender aos seus clientes a sensação de que eles exis-

(1) As comparações internacionais demonstram que cada sociedade dispõe de formas específicas para construir as instituições e organizações e que, sobretudo, estruturam as suas formas de produzir e trabalhar (Maurice e Sorge, 2000). Além disso, estas construções não podem ser compreendidas sem tomar em conta traços característicos, que podem ser classificados como “culturais”. Estes traços são, de facto, suficientemente estáveis para estruturar as representações e os comportamentos dos seus membros nas suas relações sociais e, em especial, nas suas formas de “trabalhar em conjunto” (Iribarne, 1989).

(2) De acordo com a perspectiva elaborada por B. Gilles (Gilles, 1978).

(3) Existem grandes diferenças entre o que é dito na literatura voluntarista sobre a “e-empresa”, apresentada praticamente como um dado adquirido, e a realidade, que mostra uma migração lenta da fase precedente da informática para a “e-empresa” (DARES, 2001).



tem e a lógica de “ofício” volta a estar presente (Capdevielle, 2001).

O qualificativo “digitalizado” provém do facto de as novas Tecnologias da Informação e Comunicação serem chamadas a tornar-se o suporte privilegiado destes serviços, quer directamente, ao serem integradas no serviço prestado, quer indirectamente, ao suportarem a sua produção. Adoptam, com efeito, um modelo totalmente funcional que procura evoluir em direcção a um modelo de “fluidez”, ou até mesmo de “liquidez”, a partir do modelo de flexibilidade/adaptabilidade/criatividade.

Neste modelo, as estruturas produtivas mais fortes procuram sistematicamente desembaraçar-se de todos os activos materiais. De seguida, utilizam estes activos, na forma de “componentes”, de preferência alugados, quando se trata de capital fixo, ou adquiridos a prazo, quando se trata de capital circulante. As funções mantidas sistematicamente como suas, sem partilha, são aquelas que permitem produzir valor e controlar a sua valorização, ou seja, as funções de concepção/criação e de controlo dos direitos de propriedade. As funções de comercialização e de I & D são objecto de mais interrogações e de parcerias. As empresas que trabalham na esfera da matéria ambicionam aproximar-se dos moldes de funcionamento das empresas comerciais ou, melhor ainda, das empresas de intermediação financeira. De facto, estas empresas possuem praticamente apenas activos circulantes ou activos incorpóreos, que estão na origem das noções de hollow enterprise ou “empresa virtual” (Ettighoffer, 2001).

De uma certa forma, o modelo de empresa com um bom desempenho produtivo passa a ser o da empresa de produção cinematográfica, cuja existência concreta está relacionada com projectos que se sucedem no tempo. O projecto prevalece sobre a estrutura perene e a empresa não tem, em imobilizado próprio, mais do que os recursos necessários para assegurar a “governança” dos projectos, ou seja, os recursos necessários para o controlo da sua actividade de concepção e realização em conformidade com um caderno de encargos, bem como para o controlo da valorização dos recursos próprios envolvidos. Deste modo, é dada continuidade à lógica de desagregação concreta da empresa perene, enquanto que a lógica de orientação de organizações efémeras,

agregadoras de recursos de várias origens e proprietários, tende a prevalecer, credibilizando a noção de empresa em rede (⁴).

Neste modelo, as PME continuam a aumentar o seu poder ao lado das grandes empresas: não só se tornam proporcionalmente ainda mais numerosas, mas, e sobretudo, tendem a tornar-se as principais empregadoras. É, portanto, no seu “magma” que se joga cada vez mais o futuro das regras de emprego e de trabalho. Nos textos sobre o tema, estas PME distribuem-se de acordo com dois modelos de redes que concorrem amplamente entre si:

□ o modelo de “empresa-rede”: corresponde à prossecução/conclusão da desagregação da grande empresa que, “ao se recentrar na sua actividade”, reduz ainda mais o perímetro do seu “núcleo duro” e dos recursos que lhe estão associados. A empresa coloca-se em posição de controlar a rede, que faz funcionar em bases “verticalizadas” e da qual aguarda um retorno sob a forma de valorização máxima dos seus activos próprios, graças a uma flexibilidade/adaptabilidade que não possuía antes. As suas vantagens concorrenciais residem no seu poder, que lhe permite apresentar-se em grandes mercados e fazer economias de escala em I&D, bem como na sua capacidade estratégica para posicionar convenientemente o conjunto da rede nas cadeias de valor e encontrar os modelos de negócio adequados que lhes estão associados, o que não é fácil.

□ o modelo de “rede de empresas”: corresponde a uma tentativa de adquirir maior dimensão para poder entrar em competição com as redes acima referidas. Para isso, agrega conjuntos de empresas, geralmente de pequena e média dimensão, em bases preferencialmente igualitárias. Estas redes retiram as suas vantagens comparativas da sua flexibilidade/adaptabilidade/criatividade na prestação de serviços, graças à mutualização dos seus recursos, que lhes permite realizar economias de escala e assegurar simultaneamente, através da sua singularidade, a possibilidade de prestarem serviços de proximidade. Estas redes são frequentemente apresentadas como constituídas sobre bases territoriais, em prolongamento das lógicas subjacentes aos distritos industriais do Norte de Itália (Bagnasco e Sabel, 1994).

Tanto num como noutro caso, os clientes estão destinados a ser integrados nas redes,

(⁴) Deve notar-se que uma característica importante da empresa em rede é o facto de existir uma dissociação entre os seus perímetros jurídico e técnico/económico de funcionamento, de modo que se torna muito difícil saber onde é que a empresa começa e acaba, ao mesmo tempo que a determinação dos seus limites fica, ainda mais do que antes, dependente das convenções adoptadas.



não apenas como consumidores, mas igualmente como co-produtores de serviços, numa aplicação da noção de servuction segundo Eiglier e Langeard, 1987, e isso tanto mais quanto os serviços oferecidos são, na sua totalidade, “serviços em linha”, como acontece com o *e-procurement* (concurso públicos electrónicos) e o *e-commerce* (comércio electrónico). Pressupõe-se que devam estar no cerne da empresa “reformatada”, em relação com a dupla lógica de centralização estratégica e de descentralização operacional, à escuta e ao serviço das suas expectativas e necessidades ⁽⁵⁾. Em ambos os casos, os suportes tecnológicos e técnicos são os mesmos, com os mesmos canais, protocolos, equipamentos de apoio e aplicações. De igual modo, continua a ser determinante, em ambos os casos, o domínio das redes logísticas de distribuição - as *supply chains* -, capazes de estarem à altura dos serviços esperados. Pelo contrário, os dois tipos de redes diferem nas modalidades de agregação dos seus intervenientes, na organização das suas estruturas de governação e na repartição do valor produzido pelos conjuntos agregados.

As técnicas e tecnologias aplicadas

Afirmámos que o sistema técnico de referência era o da “galáxia Internet” (Castells, 2000), ou seja, o conjunto de técnicas e de equipamentos “multimédia” que funcionam em rede através do “protocolo Internet”, traduzindo uma convergência da palavra, dos dados e das imagens numa base digital. Assim, e em relação à fase precedente da informática, dois pormenores vêm mudar tudo: o protocolo “IP”, que permite constituir a “rede das redes”, e a ligação “hipertexto”, que permite tecnicamente navegar nessas redes com a ajuda de “motores de busca”, para encontrar informações disponíveis em sítios Web.

No entanto, todos os equipamentos de base - canais, ligações, suportes de interfaces, aplicações informáticas - correspondem a “tecnologias genéricas” e a “tecnologias aglutinadas” derivadas da electrónica, da óptica e da informática, sendo o conjunto designado por NTIC (Novas Tecnologias da Informação e Comunicação) para o distinguir das gerações anteriores (Caron, 1997). Estes equipamentos podem servir para aplicações com múltiplas finalidades, quer informativas, quer de comunicação, bem como para transacções. Tanto podem apoiar os fluxos de trabalho (*workflow*) destinados

a automatizar os processos de tratamento de dados como sítios Web, fóruns e diversos suportes de trabalho cooperativo. Podem ainda apoiar as migrações de “correio electrónico” e o intercâmbio de dados electrónicos (EDI - *Electronic Data Interchange*) que já usavam as redes proprietárias da anterior geração.

É provável que o aspecto mais significativo consista na arquitectura das redes e nos sistemas de informação que elas suportam. De facto, e ao contrário da vaga precedente, em que eram específicos de cada empresa e estavam mais organizados de acordo com as grandes funções da empresa, e mais centrados nas funções técnicas e de gestão relacionadas com a produção, estes novos sistemas e as aplicações que lhes estão associadas comportam-se de forma muito mais “transversal”, ainda que continuemos a designá-los pelos domínios funcionais da sua aplicação: *e-commerce*, *e-procurement*, *e-learning*... ⁽⁶⁾. A principal vocação das “transversalidades integradoras” exibidas por esta informática em torno das “Intranets” e das “Extranets”, associadas a “bases de dados”, é a capacidade de organizar os sistemas de informação das empresas de modo a que constituam a espinha dorsal das “redes de empresas” e das “empresas-rede” e se baseiem em coordenações transversais. É por este motivo que, para além das aplicações singulares, os grandes fornecedores de aplicações informáticas vendem pacotes de aplicações integradas (*progiciels*) de acordo com duas orientações complementares que servem um mesmo fim: as aplicações de tipo ERP (*Enterprise Ressources Provider* - fornecedor de recursos a empresas), direccionadas para a gestão da parte da empresa não acessível ao público (o *back office*), e as de tipo CRM (*Consumer Relationship Management* - gestão das relações com os consumidores), orientadas para o sector comercial através das “relações com os clientes”, que incluem a gestão de campanhas de *marketing*, o apoio às vendas, a gestão de centros de atendimento, etc.

Por último, os suportes das interfaces - principalmente o computador pessoal e o telefone - estão cada vez mais a passar de fixos a móveis, permitindo, através da “ligação itinerante”, alargar o perímetro de mobilização da empresa ao pessoal que não trabalha nos escritórios da empresa.

⁽⁵⁾ Utilizou-se aqui o termo “reformatada” na acepção do termo inglês re-engineering.

⁽⁶⁾ Na indústria, as deslocações efectuam-se em proveito da concepção, através da elaboração de modelos e de “conceitos virtuais” que permitem uma “engenharia convergente” em rede, organizada em redor de uma base comum a todos os intervenientes.



As normas de trabalho e de emprego

Enquanto o modelo anterior tende a aumentar as diversificações das normas de trabalho e de emprego, este modelo, num movimento inverso e complementar, vem, pelo contrário, unificá-las em redor de postos de trabalho concebidos como suportes técnicos de “nós de redes” económicas e sociais (Benghozi et al., 2000). O posto de trabalho técnico assim concebido torna-se, de facto, o suporte universal das actividades profissionais, qualquer que seja o estatuto jurídico, a função e o nível hierárquico ocupado. Esta tendência para a homogeneização faz-se sentir em duas direcções e apresenta uma relação com as dimensões de tempo e espaço.

Do ponto de vista das normas de emprego, a “empresa da Net alargada” que procura uma rentabilidade com base na “liquidez” tende a associar às integrações técnicas e económicas as desintegrações organizacionais e jurídicas. As possibilidades de poder cooperar com os outros, mesmo quando não se está presente, graças ao “trabalho à distância”, a redução ou eliminação dos condicionalismos da “presença”, a organização por projectos “interofícios” e o funcionamento “itinerante” favorecem formas diversificadas de “teletrabalho” e estão, cada vez mais, associadas a agrupamentos de “profissionais autónomos, responsáveis e empreendedores”⁽⁷⁾, em que esta autonomia-responsabilidade-empendedorismo profissional aproxima a norma do emprego assalariado da norma do emprego independente. Como resultado, verifica-se que são poucos os impedimentos a que este movimento se traduza numa vontade de abandono do estatuto de assalariado em benefício do de trabalhador independente, dando a sensação de que é possível o regresso à “precariedade para todos”⁽⁸⁾.

Do ponto de vista das normas de trabalho, o posto de trabalho técnico - suporte mediatizado da coordenação/cooperação/mutualização e base da organização colectiva e da sua eficácia - torna-se a pedra angular das novas condições de trabalho graças à sua fiabilidade, à ergonomia das suas interfaces homem-máquina e às modalidades de funcionamento das suas múltiplas ligações em rede. Assim, o “rato” e o “duplo clique” seriam as fontes de uma nova geração de doenças profissionais⁽⁹⁾. Da mesma forma,

estando o trabalho cada vez com maior frequência organizado em projectos independentes, o posto de trabalho técnico torna-se o lugar privilegiado da ocorrência de conflitos de prioridades, tanto mais difíceis de gerir pelo facto de estarem mais condicionados em termos de temporalidades de acção ligadas à interactividade e à diminuição dos prazos de realização. Deste modo, à angústia da precarização sobrepõe-se a angústia da pressão do tempo, exprimindo-se conjuntamente, e de forma maciça, sob a forma de stress (Lasfargue, 2000)⁽¹⁰⁾. Por último, o sistema técnico torna-se o suporte privilegiado do controlo da actividade, uma vez que permite, a qualquer momento, saber “em linha” não só o tempo de trabalho gasto, mas também em que fase se encontra o trabalho, assim como os modos operativos seguidos para o realizar. Generaliza-se, assim, o receio de ser controlado e, de uma forma mais global, coloca-se a todos a questão da “transparência” e do seu significado⁽¹¹⁾.

De certo modo, a figura emblemática do “e-trabalho” é a profissão de técnico nos “centros de atendimento”, com qualificações intermédias ou superiores como as requeridas para a “assistência a clientes”. O técnico deve ser capaz de fornecer, no prazo mais curto possível e com exactidão, as respostas pretendidas às questões colocadas, sejam elas pedidos de informação ou soluções para resolver problemas. Para isso, dispõe dos seus conhecimentos e experiência, do apoio do sistema de informações a que tem acesso através do seu computador e, eventualmente, do apoio suplementar de um especialista (Institut des métiers, 2001). Funciona, portanto, de acordo com um “neo-modelo artesanal”, uma vez que deve ser capaz de responder, de forma autónoma, ao pedido do cliente e mobilizar todos os “conhecimentos do seu ofício”. Porém, encontra-se simultaneamente sob total controlo do seu sistema técnico, que o orienta e regista as suas actividades em tempo real, tanto em termos de duração como quanto aos procedimentos adoptados.

Mais concretamente, torna-se assim possível confundir extraordinariamente as fronteiras de referência do trabalho no modelo de Taylor, construídas em torno da relação espaço/tempo e das especializações que lhe estão associadas - trabalho, lazer, formação -, e há a tendência para fazer com que se percam os significados dos “padrões” constituídos

⁽⁷⁾ Utilizado aqui na sua acepção mais lata, ou seja, sem estar limitado ao trabalho “em casa”. Corresponde, portanto, à possibilidade de “não localização” específica da actividade profissional.

⁽⁸⁾ Esta sensação é acentuada pelo facto de as empresas, que se pretendem cada vez mais estratégicas, serem levadas a trabalhar muito mais os seus perímetros de actividade, comprando, mas também fechando ou vendendo, filiais, estabelecimentos e departamentos. Daqui resulta uma sensação alargada de insegurança, associada a um sentimento de reificação das actividades profissionais.

⁽⁹⁾ O “duplo clique” provoca alegadamente lesões ao nível da mão, do pulso, do cotovelo, do ombro, da nuca e das cervicais. Segundo B. Valdières, osteopata especializado em problemas ósseos relacionados com as actividades profissionais, “na história do trabalho, o homem nunca esteve exposto a movimentos leves mas repetitivos como estes”, segundo cita P. Gilly em *Double clic, danger public?*, France TGV n.º 44, Maio de 2002, p. 12.

⁽¹⁰⁾ Mais genericamente, os progressos da investigação médica demonstram cada vez melhor as interdependências existentes entre as doenças ditas “psicossomáticas” e as doenças “funcionais”, como o cancro. Daí que, legitimamente, se possa pensar que as novas normas de emprego e de trabalho irão produzir, com desfasamentos temporais importantes, novas doenças que terão origens profissionais (Iribarne, 2004).

⁽¹¹⁾ É conhecida a importância dos problemas jurídicos associados a estas questões (Ray, 2001).

⁽¹²⁾ Esta construção serve de base à formulação dos aspectos jurídicos do trabalho, uma vez que define os locais, os tempos de actividade profissional e os direitos e obrigações que lhes estão associados. Tem-se, assim, a maior desestabilização potencial das normas de emprego e de trabalho provocada pelas NTIC.



pelos tempos de trabalho legislativos e contratuais (Institut Chronopost, 2005) ⁽¹²⁾. Mas aquilo que provavelmente constitui a maior novidade das NTIC é que, precisamente onde se conjugavam os contrários, e portanto as exclusões - como a centralização ou descentralização, a autonomia ou o controlo, o regime intensivo ou extensivo, etc. -, estas tecnologias permitem conjugar as associações, e portanto as inclusões, do mesmo modo que as exclusões.

A “e-organização”: associações possíveis

- Concorrência e cooperação;
- centralização estratégica e descentralização operacional;
- autonomia de funcionamento e controlo em linha;
- estabilidade dos procedimentos e instabilidade dos processos;
- previsibilidade através da vigilância e imprevisibilidade devido à instabilidade e à mobilidade estratégica;
- tempo curto e tempo prolongado (controlo dos custos através de prestação quotidiana de contas e orientações estratégicas);
- intensificação do tempo e extensão do tempo (em sincronia e assincronia);
- intensificação do lugar e extensão do lugar (aqui e algures, ou o dom da ubiquidade).

⁽¹²⁾ As capacidades técnicas aqui evocadas não correspondem aos conhecimentos tradicionais de electrónica relacionados com o “hardware” nem aos conhecimentos de informática do tipo da programação. Trata-se do conhecimento dos “sistemas” e do seu funcionamento, susceptível de permitir compreender os “conjuntos de parâmetros”, sendo que o sistema pode ser o computador e a sua biblioteca de programas ou, de forma mais inquietante, o computador e as suas redes de ligação. A necessidade destas capacidades revela-se regularmente no momento das instalações através da “configuração” do sistema. Estas capacidades revelam-se também de cada vez que um ou outro elemento da configuração inicial é modificado, ou de cada vez que surge um problema de funcionamento. Qual é a natureza do problema? Resultará simplesmente de uma manobra incorrecta? Trata-se de uma avaria? Onde é que ela ocorreu? Que devo fazer para a reparar? Eis as perguntas que o utilizador se coloca a si mesmo, sendo a angústia tanto maior quanto ele não beneficiar de um ambiente de proximidade onde estejam disponíveis as capacidades pretendidas.

Cedefop

As capacidades profissionais exigidas: uma hibridação de saberes

Simultaneamente com esta renovação das referências económicas e sociais da produção, assim como dos utensílios que servem de suporte às actividades produtivas, verifica-se que a hierarquia e o teor dos conteúdos dos saberes são profundamente postos em causa. Os conhecimentos anteriormente exigidos vêem-se, em grande parte, recompostos por hibridação (Zune, 2003, Orgogozo, 2004). Surgem, deste modo, novas exigências genéricas que se expressam em termos de “capacidades exigidas”. Destas novas exigências constam, de uma for-

ma clássica, as utilizações de técnicas e de relações que mantêm as capacidades de utilização das técnicas em conjunto com as que são inerentes ao ofício. Mas aparecem também, de formas explícitas e novas, expectativas “comportamentais” em relação aos aspectos “culturais” e, para além das normas sociais, aos atributos psicofisiológicos. Estas novas exigências resultam menos de problemas de apropriação, ligados à difusão das novas gerações das TIC, do que de exigências formuladas pela sua apropriação no quadro dos já referidos condicionalismos da produção. Em conjunto, estas exigências constituem um princípio unificador para este novo modelo, na medida em que são formuladas para todas as actividades profissionais, seja qual for o seu nível, cariz e local de aplicação.

Conhecer as técnicas e as suas utilizações. A difusão maciça e generalizada destas tecnologias por todas as formas de actividade faz com que a necessidade da sua aprendizagem se torne incontornável. A necessidade de conhecer estas técnicas, e de dominar a sua utilização a níveis relativamente elevados, resulta, por um lado, da sua fiabilidade relativamente limitada e, por outro, da maior exigência dos condicionalismos da produção ⁽¹³⁾. Contudo, e uma vez que estas tecnologias integram o mesmo sistema das tecnologias que já existiam anteriormente, a aprendizagem da sua utilização não pode fazer-se à margem da sua reinterpretación sistémica. Concretamente, isso significa que é o conhecimento das zonas de pertinência de utilização das diferentes tecnologias disponíveis, em função dos trabalhos a efectuar, que se torna a base das capacidades profissionais na matéria e não, de modo algum, as simples competências tradicionais de manipulação.

As capacidades dos ofícios. De um ponto de vista profissional, estas capacidades de utilização são, porém, menos essenciais do que as capacidades dos ofícios. De facto, e na prática, a relação entre as técnicas genéricas e os ofícios é dupla. Por um lado, a utilização das técnicas exerce-se em contextos que podem ser eminentemente variados, uma vez que são constituídos pelos diferentes ofícios de referência nos quais se integram. Por outro lado, e num contexto dinâmico, integram-se nos conteúdos de ofícios que são eles próprios levados a modificar-se em função de evoluções registadas nos produtos/serviços colocados nos



mercados, e também em função dos utensílios e dos modos de organização mobilizados para os produzir. Neste caso, a sua difusão concorre, por interacção, para a dinâmica dos ofícios. Mas, contrariamente ao que se diz frequentemente, nesta dinâmica interactiva os saberes de base dos ofícios permanecem notavelmente estáveis, efectuando-se as evoluções muito mais por recomposição e hibridação das actividades profissionais existentes do que por criação ex nihilo de “novos ofícios”, que mobilizariam saberes novos e tornariam “obsoletos” os “antigos” (Danzin et al., 2000, Iribarne e Tchobanian, 2003). O essencial, aqui, é que o relacionamento das capacidades de utilização com as capacidades dos ofícios, na perspectiva de uma nova etapa de recomposição dos ofícios antigos, se torna uma fonte importante de confusão das referências tradicionais da formação e do aconselhamento em matéria de emprego. De facto, tanto os conteúdos das actividades como as denominações perdem o seu significado em virtude de um menor rigor, que pode ser observado nas suas correspondências.

As competências comportamentais. Trata-se de competências que constituem uma nova componente das capacidades exigidas. Vêm, de facto, sobrepor-se às competências precedentes, em virtude dos problemas específicos que suscitam as NTIC postas ao serviço de uma vontade de gestão das operações/mutualizações, que estão integradas em redes alargadas que ultrapassam as fronteiras tradicionais dos serviços, das empresas e dos Estados. A comunicação é, de facto, sobretudo antropológica, e os utensílios de comunicação vêm chocar com as incompreensões culturais, quer estas últimas derivem de universos diferenciados de ofícios ou, de uma forma mais geral, de universos de países ou de civilizações (Iribarne, 1998). O conhecimento, ou pelo menos a faculdade de compreender o universo de um outro que é diferente, torna-se, assim, uma componente essencial das capacidades profissionais. Mas esta faculdade não é suficiente, na medida em que a cooperação requerida se inscreve num contexto de concorrência generalizada e reforçada. Exige-se, por isso, num contexto de competição, que se seja capaz de “cooperar lealmente” e aceitar simultaneamente o contínuo “desafio do outro” ⁽¹⁴⁾.

As capacidades comportamentais individuais que se exigem

- Ser capaz de procurar, seleccionar e analisar informações para tomar uma decisão sob grande pressão do tempo;
- ser capaz de hierarquizar as informações e os condicionalismos;
- ser capaz de classificar as informações para que estejam acessíveis a qualquer momento;
- ser capaz de trabalhar com eficácia, e de forma intercalada, sobre vários assuntos ao mesmo tempo;
- interiorizar as relações entre os prazos estabelecidos e os meios atribuídos, como condicionantes da definição do seu trabalho.

As capacidades comportamentais colectivas que se exigem

- Ser capaz de cooperar com pessoas com diversos modos de ser e sem necessidade de moderadores;
- ser capaz de intuir correctamente o seu lugar na organização colectiva;
- ser capaz de informar/comunicar com discernimento;
- ser capaz de transmitir aos outros os seus próprios conhecimentos de uma forma que lhes seja útil.

É necessário irmos mais longe na avaliação das exigências comportamentais relacionadas com o que foi dito sobre stress. Na medida em que as actividades profissionais têm como características estruturais a sua instabilidade e imprevisibilidade, o facto de estarem inseridas em universos relacionais delicados e gerarem constantemente conflitos de prioridades e de interesses, deve concluir-se que as capacidades para enfrentar este tipo de situações se tornam, também elas, competências genéricas, exigíveis a todos os candidatos a um emprego.

A educação/formação e os diplomas.

Tal como acontece com as outras actividades produtivas, as instituições que dependem da educação/formação são não só atingidas pe-

⁽¹⁴⁾ Não é, portanto, por acaso que se vê surgir por toda a parte, no mundo da gestão dos recursos humanos, uma retórica proveniente da competição desportiva e que faz eco da retórica belicista no mundo empresarial. Trata-se de criar uma espécie de mediação “soft” que, em última instância, se revela bastante cínica, entre intervenientes que têm vantagem em compreender que devem cooperar para aumentarem os seus desempenhos colectivos e, por esta via e como contrapartida, também os seus desempenhos individuais.



las evoluções paradigmáticas que acabámos de referir através dos serviços prestados - a produção das capacidades exigidas - mas também na sua organização produtiva, através de pelo menos três das suas dimensões constitutivas, designadamente a cooperação/concorrência, que se generaliza a todos os estabelecimentos e que se traduz pela constituição de alianças/consórcios nacionais ou supranacionais (Iribarne, 2002); a “liquidez”, que se traduz na ênfase colocada na “formação ao longo da vida” (Iribarne, 1996); e a “virtualidade”, através da “aprendizagem electrónica” (*e-learning*) e do ensino à distância (Kreher, 2001; *Revista Europeia Formação profissional* 2002; Pollmann, 2004).

A empresa que aprende. Relativamente às NTIC e às suas utilizações, a vontade demonstrada pelos empregadores de desconstruir o modelo de Taylor/Ford, associada à sua vontade de acelerar a constituição de uma nova organização produtiva dotada de propriedades já aqui esboçadas, leva-os a pôr a tónica no *knowledge management* (gestão do conhecimento) e na *e-learning* para favorecer a constituição de uma “empresa que aprende”, ou seja, uma empresa que seja capaz de co-produzir continuamente análises (*outputs*) de serviços prestados aos clientes e receber dados (*inputs*) sobre capacidades de produção através de aprendizagens individuais e colectivas (*Centre for Educational Research and Innovation*, 2000; Dierkes et al., 2001). Trata-se, pois, para as empresas, de reendogeneizar e de especificar, em ligação com a produção de “serviços electrónicos” (*e-services*), as capacidades produtivas julgadas necessárias à produção e renovação contínua das suas vantagens competitivas.

A certificação dos conhecimentos e das capacidades profissionais adquiridos. Seguindo esta perspectiva, afigura-se lógico que as certificações dos conhecimentos adquiridos em cursos de formação sancionados por diplomas reconhecidos pelo Estado sejam também questionadas. Este questionamento é feito através das exigências de composição dos processos e dos intervenientes na avaliação e no reconhecimento das capacidades adquiridas. Por um lado, fazem-se exigências em matéria de reconhecimento, através dos pedidos de certificação das capacidades profissionais adquiridas por “terceiros encarregados da certificação”, considerados, de facto, mais rigorosos nas suas avaliações, tan-

to das instituições formadoras como dos conteúdos de formação, ou dos conhecimentos e capacidades adquiridas⁽¹⁵⁾. Por outro lado, concretizam-se por intermédio de um pedido, formulado pelas empresas, para estarem presentes no processo de avaliação das capacidades adquiridas.

A um nível mais global, este questionamento faz-se através de uma transferência do sistema de referência do “universo da qualificação” para o da “competência”. A certificação das capacidades expressas em termos de competências efectua-se, com efeito, num duplo movimento que vai da escola para os locais de trabalho e dos professores para os responsáveis hierárquicos das actividades profissionais, ao passo que as empresas afirmam já não acreditar nas virtudes dos “saberes”, que estariam demasiado entorpecidos face à mobilidade do mundo, e pretendem ter a certeza de que podem “recuperar na prática” os resultados dos investimentos feitos em formação. Com efeito, são estas que, em matéria de transferências, se consideram em melhor posição para avaliar a pertinência e a validade dos saberes adquiridos, no próprio contexto das actividades produtivas, ao passo que as organizações sindicais tendem a contestar estas pretensões, ou exigem igualmente estar presentes em nome da luta contra a arbitrariedade⁽¹⁶⁾.

O estatuto e a remuneração dos saberes. Face a estas perspectivas, há três elementos que se nos afiguram essenciais e estão relacionados com:

- a vontade de desvalorizar o estatuto dos saberes, considerados como “conhecimentos fossilizados” e continuamente ultrapassados em benefício de conhecimentos operativos, ou seja, continuamente mobilizáveis para os processos produtivos imediatos;
- a vontade de não remunerar estes conhecimentos, a menos que sejam efectivamente mobilizados para processos produtivos identificáveis e avaliáveis nos seus resultados individualizados;
- a vontade de não pagar o trabalho efectuado até que este tenha sido valorizado nos mercados de produtos ou serviços.

Assim sendo, e seguindo a bem conhecida lógica das análises conduzidas em termos de “capital humano”, a “taxa de rendimento da educação” - aquilo a que os anglo-

⁽¹⁵⁾ Reencontramos nesta matéria, no domínio da educação/formação, um prolongamento do fenómeno mais global da certificação, fenómeno esse desencadeado no domínio da qualidade com as normas ISO 9000, posteriormente alargadas ao domínio do ambiente com as normas ISO 14000.

⁽¹⁶⁾ Através deste movimento reencontramos um outro elemento de um regresso ao modelo artesanal. Com efeito, neste modelo as unidades de lugar e de tempo da formação e do trabalho eram dominantes e a validação e a certificação das competências adquiridas era efectuada estritamente no quadro das profissões, que estavam organizadas, é certo, em corporações.



saxónicos chamam o *pay-back* de uma formação - torna-se um elemento essencial da sua avaliação, apresentando, como corolário, tendência para favorecer uma individualização das remunerações.

Os compromissos sociais e a “e-regulação” (e-regulation)

Por fim, e a um nível ainda mais global, as transferências observadas nas regras, nas normas e nos procedimentos vêm desestabilizar igualmente os compromissos sociais que, através dos grandes movimentos do século XX, permitiram o aparecimento e a constituição da actual classe dos assalariados. Esta desestabilização afecta o poder público através do questionamento do “Estado-Providência”. Este questionamento traduz-se, a nível internacional, por uma redução do perímetro e da legitimidade de intervenção dos Estados, procurando os acordos de livre comércio assimilar as legislações nacionais que asseguram a protecção social a violações da livre concorrência (Arnaud, 2004). A nível nacional, traduz-se numa vontade de dar mais espaço às relações profissionais, consideradas como a pedra angular da regulação colectiva da relação salarial do modelo Ford, através do papel que desempenha na elaboração das regras e das normas (Le Goff, 2004). Num caso como noutro, o lugar concedido à legislação e à regulamentação tende a ver-se reduzido em benefício de acordos e contratos.

As relações profissionais, pelo seu lado, são questionadas quanto à arquitectura dos seus níveis de regulação, as modalidades e conteúdos das negociações que lhes estão associadas e os intervenientes chamados a participar na elaboração das regras. Na União Europeia assiste-se, nesta matéria, a uma dupla transferência, que se opera a partir das negociações centrais, cuja legitimidade de intervenção tende a enfraquecer. De um lado, e em nome de uma maior flexibilidade e de um melhor ajustamento às realidades do “terreno”, regista-se uma primeira transferência, por impulso dos empregadores, no sentido das empresas e dos seus estabelecimentos, assim como, sob a influência do modelo dos Estados Federados, no sentido das colectividades territoriais a diferentes níveis (Jobert, 2000; Tallard, 2000) ⁽¹⁷⁾. Pelo contrário, uma transferência no sentido supranacional está sujeita aos condicionalismos da construção europeia.

O cibersindicalismo, cuja aparição traduz a emergência da Internet no domínio das relações profissionais, constitui também ele uma novidade na regulação colectiva e vem interferir neste âmbito a vários níveis. Por um lado, com o correio electrónico e os sítios Web, interfere ao nível dos sindicatos tradicionais no domínio clássico da informação dos seus “mandantes”, através da renovação dos suportes de informação e de comunicação. Por outro, com o aparecimento dos “ciberconflitos”, interfere na “mobilização” em caso de confrontos. Assistimos, assim, ao aparecimento de novos intervenientes que se convidam para os processos de regulação, pondo em causa não apenas os lugares e modalidades do conflito, mas também os monopólios dos intervenientes tradicionais na negociação, isto é, os sindicatos que beneficiam de uma delegação electiva. De uma forma mais genérica, assiste-se ao aparecimento, através de extensões das “coordenações” tradicionais, de autoproclamadas representações que, apoiando-se cada vez mais na Internet e na “rede planetária”, se autoconvidam em nome da representação da “base”. Estes intervenientes procuram transferir os locais das acções para o exterior da empresa - para a ágora - e tentam introduzir no jogo novos intervenientes - como os consumidores/clientes -, tendo como objectivo alterar as relações de força na negociação. A Web e o plano associativo tornam-se, assim, o suporte de uma reivindicação de uma outra democracia, uma democracia participativa e considerada mais representativa ⁽¹⁸⁾.

Ficou claro que, por detrás da “@-empresa” e do paradigma produtivo que lhe está associado sob o conceito de globalização, se exortam as nossas sociedades “pós-industriais” a fazerem inflexões espectaculares, se comparadas com as trajectórias que tiveram ao longo do século passado. Estas inflexões tiveram o seu início no final da década de setenta, quando se operou uma primeira alteração das relações de forças em prol dos clientes e em detrimento dos fornecedores. Este fenómeno prosseguiu nas décadas de oitenta e noventa, com o aumento destas reviravoltas para benefício dos detentores de capitais e em detrimento dos que forneciam a mão-de-obra. No dealbar do século XXI é, assim, uma generalização da economia de mercado que procura impor-se, na perspectiva de um aprofundamento do modelo de Adam Smith, modernizado pelo modelo de Schumpeter: a destruição criativa (Smith, 1991; Schumpeter, 1965). Ainda

⁽¹⁷⁾ Esta observação aplica-se, provavelmente e de forma mais específica, à França, onde é conhecido o peso do Estado central.

⁽¹⁸⁾ Estes movimentos podem ser observados a um nível de macro-regulação planetária com a organização de manifestações “antiglobalização” por ocasião das diferentes reuniões da OMC ou do G7, G8, cimeiras de Seattle, de Génova, etc., ou por ocasião das “cimeiras alternativas” a Davos, organizadas em Porto Alegre. Foram também observados nos conflitos na Danone, com a criação de um sítio Web pirata que imitava o da empresa e convidava os consumidores/clientes a boicotar os seus produtos. Ver J.-E Ray, op. cit., p. 177 a 239.

⁽¹⁹⁾ Trata-se, mais precisamente, do modelo liberal que nasceu na Inglaterra calvinista e foi erigido em doutrina para atingir o universalismo. Historicamente, a França tentou, em diferentes épocas, apropriar-se dele e aplicá-lo, melhor ou pior, sem nunca o ter conseguido (Jaume, 1997).



de forma mais fundamental, é o modelo de uma democracia liberal ao gosto anglo-saxónico que nos é proposto como referência universal (Weber, 1987), um modelo revisitado pelas TIC, com a figura emblemática do “burguês” como ideal social de acumulação e repartição da riqueza (Sombart, 1966; Pontoil, 1968; Granou, 1977) ⁽¹⁹⁾.

Conclusões

O objectivo deste exercício é propor uma construção paradigmática equivalente àquela que foi possível realizar anteriormente em relação aos modelos da Ford e da Toyota, assentando um no quadro de um paradigma de “produção industrial normalizada em massa” e outro no quadro de um paradigma de “produção pós-industrial de especificidade normalizada”. Para nós, o traço dominante deste novo paradigma é a capacidade de se basear, de uma forma generalizada, na competição, assim como no risco e na incerteza (Beck, 1992). Neste universo de competição desenfreada, toda a gente é chamada a cooperar com todos e a concorrer com todos. De igual modo, neste universo generalizado de risco e de incerteza, ninguém pode prometer nada a ninguém e todos são chamados a aceitar uma fragilização através da precariedade do vínculo social, fragilização essa que se estende ao conjunto da vida familiar a partir da esfera do trabalho (Sennett, 1998; Supiot, 2004). Com efeito, no acesso a riquezas desigualmente distribuídas só se espera que os “me-

lhores” ganhem, enquanto os primeiros lugares são continuamente postos em leilão pelo jogo das inovações. Pela lógica, nem ninguém nem nenhuma instituição deverá escapar a este modelo de exigência de um desempenho, nem mesmo os intervenientes e as instituições de educação/formação (Iribarne, 2002), sendo que o modelo emblemático do indivíduo com bom desempenho que é proposto como corolário é o do artista (Menger, 2002) ou do desportista colocado entre os dez melhores.

A elaboração de um tal quadro analítico e interpretativo parece-nos indispensável para poder compreender o que se passa actualmente nos diferentes países da União Europeia, com as suas tensões e os seus desafios. Tal é válido tanto em matéria de transformação da “qualidade” do trabalho como em matéria de passagem da qualificação à competência, ou transformação das capacidades profissionais exigidas pelos empregadores (Oiry, 2004), ou, para terminar, em matéria dos conteúdos das formações e do ajustamento nas relações formação/emprego. Com efeito, é apenas o relacionamento da dinâmica dos modelos e dos paradigmas com as construções societárias que permite compreender as formas das transformações em curso nos diferentes países, com as dificuldades que estas encontram ou suscitam. Tal é válido tanto a nível microindustrial, para as práticas de gestão, como a nível macrossocial, para as políticas públicas.

Bibliografia

Arnaud, A.-J. *Entre modernité et mondialisation. Leçons d'histoire de la philosophie du droit et de l'État*. Paris, L.G.D.J., Maison des sciences de l'homme, Col. Droit et société, 2004 2.^a edição.

Bagnasco, A.; Sabel, C. F. *PME et développement économique en Europe*. Paris, La Découverte, Col. Recherches, 1994.

Beck, U. *The Risk Society*. Sage Publications, Londres: 1992.

Benghozi, P.-J.; Flichy, P.; d'Iribarne, A. Le développement des NTIC dans les entreprises françaises: premiers constats. In: Benghozi P.-J., Flichy P., d'Iribarne A., (coordenação do dossier) Internet en entreprise, *Réseaux*, 2000, vol. 18, n.º 104, p. 33 a 57.

Boyer, R. *Une théorie du capitalisme est-elle possible?* Odile Jacob, Paris: 2004.

Capdevielle, J. *Modernité du corporatisme*. Paris, Presses de Sciences Po, 2001.

Caron, F. *Les deux révolutions industrielles du XXème siècle*. Albin Michel, Col. L'évolution de l'humanité. Paris: 1997.

Castells, M. *La galaxie Internet*. Fayard, Paris: 2001 (tradução francesa).

Centre for Educational Research and Innovation. *Knowledge management in the learning society: education and skills*. Paris, OCDE, 2000.

CEE, Croissance, compétitivité, emploi. Livre blanc, Boletim da Comissão Europeia, Suplemento 6/93, Luxemburgo, 1993.

DARES. L'utilisation de l'informatique et des nouvelles technologies par les salariés, Ministère de l'emploi et de la solidarité. *Les Dossiers de la DARES*, 2001, n.º 1, La documentation française, Paris.

Danzin, A.; Quignaux, J.-P.; Toporkoff, S. *Net Tr@vail: Création, destruction de métiers*, Economica, Paris, 2001.

De Bandt, J.; Gadrey, J. *Relations de service, marchés de services*. CNRS Editions, Paris: 1994.

Dierkes, M.; Berthoin, Antal, A.; Child, J.; Nonaka Ikujiro. *Handbook of organizational learning & knowledge*. Oxford University Press, Oxford, 2001.

Palavras-chave

Internet,
enterprise,
network,
work,
competencies,
vocational training.



Eiglier, P.; Langeard, E. *Servuction*. Mc Graw Hill, Paris: 1987.

Ettinghoffer, D. *L'entreprise virtuelle*. Les Editions d'Organisation, Col. Tendances, Nouvelle édition, Paris, 2001.

Granou, A. *La bourgeoisie financière au pouvoir*. François Maspero, Col. Cahiers libres 321/322, Paris: 1977.

Gilles, B. (éd.). *Histoire des techniques*, Gallimard, Col. La Pléiade, Paris, 1978. Institut Chronopost, Temps sociaux - Les TIC changent-elles la donne?, *Tempos*, Janeiro de 2005, n.º 03.

Institut des métiers. *Centres d'appels et nouveaux modes de travail*. France Télécom, Paris: 2001.

d'Iribarne, A. Une lecture des paradigmes du Livre blanc sur l'éducation et la formation: éléments pour un débat. *Revista Europeia Formação Profissional*, n.º 8-9/1996, p. 23-32.

d'Iribarne, A. 30 ans du CEREQ. Des qualifications aux compétences: chronique d'un oubli accepté?. In: 30 ans d'analyse, *Formation Emploi*, Outubro-Dezembro de 2001, n.º 76, p. 71-97.

d'Iribarne, A. Quelles stratégies pour les formateurs et les orienteurs dans une économie de la compétition et de la performance?. *Revue Education Permanente*, 2002, n.º 151, p. 127-140.

d'Iribarne, A. Santé au travail et @-entreprise. In: Poltier H. et alii, *Travail et fragilisation*. Editions Payot, Col. Economie, organisation et humanités, Lausana, 2004.

d'Iribarne, A.; Tchobanian, R. Technologies multimédia en réseaux et dynamiques des activités professionnelles: le cas de France Télécom, in, Les enjeux des technologies de l'information et de la communication, *Formation Emploi*, Abril-Junho de 2003, n.º 82, p. 91-105.

d'Iribarne, Ph. *La logique de l'honneur*. Seuil, Paris, 1989.

d'Iribarne, Ph. Coopérer à la belge: la mise en œuvre d'une problématique d'un agenda électronique. In: d'Iribarne Philippe, Henry Alain, Ségal Jean-Pierre, Chevrier Sylvie, Globokar Tatjana. *Cultures et mondialisation*, Seuil, Col. La couleur des idées, Paris, 1998, p. 41-61.

Jaume, L. *L'individu effacé ou le paradoxe du libéralisme français*. Fayard Paris: 1997.

Jobert, A. *Les espaces de la négociation collective, branches et territoires*. Octares, Toulouse, 2000.

Kreher, S. *Empresas virtuais e formação profissional*. *Revista Europeia "Formação Profissional"*, Maio-Agosto 2001, n.º 23.

Lasfargue, Y. *Technomordus, technoexclus? Vivre et travailler à l'ère numérique*. Les Editions d'Organisation, Col. Tendances, Paris, 2000.

Le Goff, J. *Du silence à la parole. Une histoire du droit du travail des années 1830 à nos jours*. Presses universitaires de Rennes, Col. L'univers des normes, Rennes, 2004.

Maurice, M.; Sorge, A. *Embedding Organizations, Societal analysis of actors, organizations and socio-economic context*. John Benjamin's Publishing Company, Amesterdão, 2000.

Menger, P.-M. *Portrait de l'artiste en travailleur. Métamorphose du capitalisme*, Le Seuil Col. La république des idées, Paris, 2002.

Oiry, E. *De la Qualification à la Compétence, rupture ou continuité?*, l'Harmattan, Col. Psychologie du travail et ressources humaines, Paris, 2004.

Orgogozo, I. Postmodernisme et action dans un monde incertain. *Thérapie familiale*, Genebra, 2004, vol. 25, n.º 4, p. 433-451.

Pollmann, O. *Aprendizagem electrónica (E-learning) - A universidade virtual inserida no seu contexto?*, *Revista Europeia "Formação profissional"*, Maio-Agosto 2004, n.º31

Ponteil, F. *Les classes bourgeoises et l'avènement de la démocratie*. Albin Michel, Col. L'évolution de l'humanité, Paris, 1968.

Ray, J.-E. *Le droit du Travail à l'épreuve des NTIC*. Editions Liaison, Col. Droit Vivant, Paris, 2001.

Sennett, R. *Le travail sans qualité*. Albin Michel, Col. 10-18, Paris, 2000 (tradução francesa).

Smith, A. *La richesse des nations*. GF-Flammarion, Paris, 1991 (tradução francesa) [publicado em 1776].

Schumpeter, J. *Capitalisme, socialisme et démocratie*, Payot, Col. La petite bibliothèque, Paris, 1965 (tradução francesa) [publicado em 1942].

Sombart, W. *Le Bourgeois, Contribution à l'histoire morale et intellectuelle de l'homme économique moderne*. Payot, Col. Petite Bibliothèque, Paris, 1966 (tradução francesa) [publicado em 1913].

Supiot, A. (sob a direcção de). *Tisser le lien social*. Editions de la Maison des Sciences de l'homme, Paris, 2004.

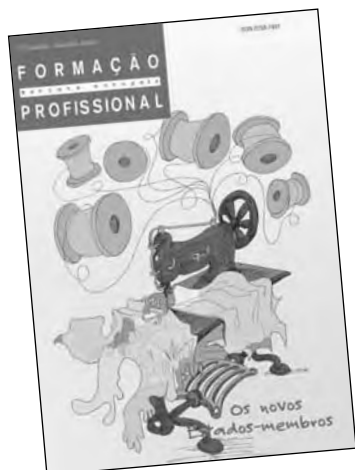
Tallard, M. L'action publique en matière de formation professionnelle continue: équité sociale ou extension de gouvernance? In: Tallard Michèle, Théret Bruno e Uri Didier (sob a direcção de), *Innovations institutionnelles et territoires*. L'Harmattan, Paris, 2000, p. 129-156.

Weber, E. *Une histoire de l'Europe. Hommes, cultures et sociétés de la Renaissance à nos jours*. Fayard, Paris, 1987, 2 volumes (tradução francesa) [publicado em 1971].

Zune, Marc. Technologies de l'information et de la communication: quelles logiques professionnelles?. *Formation Emploi*, Abril-Junho de 2003, n.º 82, p. 11-21.



Edições mais recentes em língua portuguesa



Nº 33/2004

Investigação

- Os países aderentes e candidatos à implementação dos objectivos de Lisboa (Jean-Raymond Masson)
- Aprender a concorrer e a reestruturar as empresas numa UE em fase de alargamento (Gerd Schienstock)
- Atitudes face à educação e preferências relativas às vias de ensino na República Checa (Věra Czesaná e Olga Kofroňová)
- A resposta ao interesse cada vez menor pela EFP na Eslovénia (Ivan Svetlik)
- A Declaração de Bolonha e a formação profissional de professores na Letónia (Andris Kangro)
- Reestruturação dos elementos fundamentais e da estrutura estratégica do ensino e formação de professores de ensino profissional na Lituânia: abordagem sistemática (Pukelis Kestutis e Rimantas Laužackas)
- A reforma do ensino profissional na Polónia (Maria Wójcicka)



Nº 34/2005

Investigação

- Promover a compreensão da educação em toda a Europa. As visitas de estudo e o contributo da educação comparada (Dimitris Mattheou)
- A formação profissional tem importância para os jovens adultos no mercado de trabalho? (Åsa Murray e Anders Skarlind)
- A inserção profissional de diplomados do ensino superior numa perspectiva educativa (Mariana Gaio Alves)
- Para um ensino eficiente das competências através da Internet: um exemplo prático (Marjolein C.J. Caniëls)
- A dimensão existencial da orientação pedagógica e profissional - quando a orientação se torna uma prática filosófica (Finn Thorbjørn Hansen)
- Formação e Organização do Trabalho: Ensaio de Investigação-Acção numa empresa de Comércio e Distribuição (Bernardes Alda e Lopes Albino)



Nº 35/2005

Editorial

Dossier Redcom**Os estudos científicos na Europa - um tema para a EFP**

- Redcom - Rede europeia de divulgação em matéria de educação comparada (Jean Gordon)
- A Europa e a crise das vocações científicas (Bernard Convert)
- A crise das vocações científicas em França: Modalidades e mecanismos sociais explicativos (Bernard Convert, Francis Gugenheim)
- A conjuntura industrial e o desinteresse pelos estudos científicos (Joachim Haas)
- Escolher a área da ciência e tecnologia! (Maarten Biermans, Uulkje de Jong, Marko van Leeuwen, Jaap Roeleveld)

Análise das políticas de formação profissional

- Transformações e desafios da validação da experiência (Emmanuel Triby)

Investigação

- Percursos de formação e aspirações familiares em França, uma abordagem com base em dados de amostra (Saïd Hanchane, Éric Verdier)



Recortar ou fotocopiar o cupão e enviar ao Cedefop em envelope de janela.



- Desejo receber um exemplar grátis para consulta.
- Desejo ler sobre a Europa e por isso assino a revista europeia «Formação Profissional» por um ano. (3 números, EUR 20 mais IVA e despesas de porte)
- Desejo receber os seguintes números da revista europeia «Formação Profissional» contra pagamento de EUR 10 (mais IVA e despesas de porte) por cada exemplar:

CEDEFOP

Centro Europeu para o Desenvolvimento
da Formação Profissional
(Caixa postal) T.O. 22427

GR-55102 Tessalónica

Número				
Língua				

Nome _____

Endereço _____



Convite à apresentação de contribuições

A *Revista Europeia Formação Profissional* publica artigos elaborados por investigadores ou especialistas da formação profissional e do emprego. Estamos abertos a contribuições que permitam a um vasto público de decisores políticos, de investigadores e de profissionais à escala internacional estar informado sobre os resultados das investigações de elevada qualidade que são conduzidas, nomeadamente, sobre a investigação comparativa transnacional.

A *Revista Europeia* é uma publicação independente, cujos artigos são submetidos a uma crítica exigente. É publicada três vezes por ano em Espanhol, Alemão, Inglês, Francês e Português, estando largamente difundida em toda a Europa, tanto nos Estados-membros como fora da União Europeia.

A *Revista* é publicada pelo Cedefop (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional) e visa contribuir para o debate e reflexão sobre a evolução do ensino e formação profissional numa perspectiva europeia. Na *Revista* são publicados artigos que apresentam novas ideias, que dão conta dos resultados da investigação ou expõem experiências e práticas nacionais e europeias. Inclui igualmente tomadas de posição e reacções relativamente a questões ligadas à formação e ao ensino profissionais.

Os artigos propostos para publicação devem ser precisos e acessíveis a um público vasto e variado. Devem ser suficientemente claros para serem entendidos por leitores de origens e culturas diferentes, que não estão necessariamente familiarizados com os sistemas de ensino e formação profissional de outros países. Por outras palavras, o leitor deverá poder entender claramente o contexto e a argumentação apresentados à luz das suas próprias tradições e experiências.

Paralelamente à sua publicação, os artigos da *Revista* são apresentados na Internet sob a forma de extratos. É possível obter o resumo dos números anteriores no endereço seguinte:

www.trainingvillage.gr/etv/Information_resources/Bookshop/publications.asp?section=18

Os autores dos artigos podem redigi-los em nome próprio ou como representantes de uma organização. O tamanho dos artigos deverá situa-se entre as 2000 e as 4000 palavras. Os artigos podem ser redigidos numa das 26 seguintes línguas: as 20 línguas oficiais da União Europeia (espanhol, checo, dinamarquês, alemão, estónio, grego, inglês, francês, italiano, letão, lituânio, húngaro, maltês, neerlandês, polaco, português, eslovaco, esloveno, finlandês e sueco), as 2 línguas dos países associados (islandês e norueguês), as 4 línguas oficiais dos países candidatos (búlgaro, croata, romeno, e turco).

Os artigos deverão ser enviados ao Cedefop por correio electrónico (anexo ao formato Word); os artigos deverão ser acompanhados de uma pequena referência biográfica sobre o autor com a indicação das suas actuais funções, um sumário para o índice (45 palavras no máximo), um resumo (entre 100 e 150 palavras) e 6 palavras-chave em Inglês não incluídas no título e correspondentes aos descritores fornecidos no Thesaurus Europeu da Formação.

Todos os artigos propostos serão sujeitos à apreciação do Comité de redacção que se reserva o direito de proceder ou não à sua publicação, sendo os autores informados sobre essa decisão. Os artigos publicados na *Revista* não reflectem necessariamente as opiniões do Cedefop. A *Revista* oferece, pelo contrário, a oportunidade de serem apresentadas análises distintas e pontos de vista diferentes, podendo até ser, por vezes, contraditórios.

Se desejar enviar um artigo, queira contactar Éric Fries Guggenheim (redactor) por correio electrónico para o endereço seguinte: efg@cedefop.eu.int, por telefone: (30) 2310 49 01 11, ou por fax: (30) 2310 49 01 17.

10 - 20 - 30

Investigação

A caminho de um modelo de produção neo-artesanal de serviços digitalizados ajustados às necessidades?

Alain d'Iribarne

Aprendizagem expansiva: Oportunidades e limites de uma teoria de aprendizagem centrada na perspectiva do sujeito

Anke Grotlüschen

Desafios da reforma do EFP (Ensino e Formação Profissional) para a profissão docente: uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida

Bernhard Buck

O diploma francês de *baccalauréat* profissional: um espaço de múltiplas transições para os jovens

Bénédicte Gendron

Alargamento da participação no sistema de ensino e formação técnico-profissional: a experiência da Roménia

Lucian Ciolan, Madlen Şerban

Estatísticas comparativas a nível internacional sobre educação, formação e qualificações: últimas evoluções e perspectivas

Pascaline Descy, Katja Nestler, Manfred Tessaring

Estreitar laços entre o ensino profissionais e a investigação, a política e a prática no domínio da formação profissional: uma visão pessoal

George Psacharopoulos

Secção bibliográfica concebida pelo Serviço de Documentação do Cedefop, com apoio da Rede Europeia de Referência e Especialização (ReferNet)

Anne Wanniar

Revista Europeia Formação Profissional

Nº 36 Setembro - Dezembro 2005/III



**Centro Europeu para o Desenvolvimento
da Formação Profissional**

Europe 123, GR-570 01 SALÓNICA (Pylea)
Endereço Postal: B.P. 22427, GR-551 02 SALÓNICA
Tel. (30) 23 10 49 01 11 Fax (30) 23 10 49 00 99
E-mail: info@cedefop.eu.int
www.cedefop.eu.int
www.trainingvillage.gr

Preço no Luxemburgo (IVA excluído)

Preço per número EUR 12

Assinatura anual EUR 25



Serviço das Publicações
Publications.eu.int

TI-AA-05-036-PT-C